



RECORTES DE IMPRENSA

JUNHO 2012



COM O APOIO:



III Jornadas Contra a Violência em Santarém

Protecção de crianças e idosos em debate

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, através do Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém, promoveu as III Jornadas Contra a Violência, no Teatro Sá da Bandeira, na passada sexta-feira, 25 de Maio.

A iniciativa foi composta por quatro painéis: violência em contexto escolar; violência contra crianças e jovens em contexto familiar; stalking, assédio persistente, perseguição e segurança sénior.

Na sessão de abertura, Inês Jorge, do Gabinete de Apoio à vítima de Santarém, falou do “crescente interesse” por esta temática, “algo que nos enche de motivação para organizar encontros como este”.

Numa manhã dedicada a debater a violência na infância, Luísa Féria, moderadora do debate e vereadora da Câmara Municipal de Santarém, com os pelouros da Criança e Educação, frisou que apesar de esta não ser uma “temática muito sentida em Santarém”, o assunto tem merecido alguma atenção, dada “a situação económica que se vive em muitas famílias”.

No primeiro painel da manhã falou-se sobre ‘Violência em contexto escolar’, e da campanha contra a violência sobre crianças e jovens, actualmente, a decorrer pelo País, sob o lema ‘Corta com a violência, quem não te respeita não te merece’.

Rosa Saavedra, assessora técnica da direcção da APAV, falou da necessidade de se “apresentarem boas práticas”, sobretudo em acções dirigidas a jovens que frequentam o ensino básico, secundário ou mesmo superior. O processo passa, igualmente, pela “intervenção junto das famílias”, onde deverá existir uma “abordagem da prevenção da violência”.

A mesma responsável apontou também a ocorrência de casos de “violência no namoro”, que pode ocorrer em ambos os sexos, muitas vezes através de uma “subtil violência psicológica”. Neste contexto, importa, sobretudo, caracterizar quem são “as vítimas e os agressores”, de forma a conhecer as “principais consequências” desta situação. Acima de tudo, continua, é preciso uma “abordagem de intervenção”, com “conselhos práticos para as vítimas”, que podem servir de “instrumentos perante situações de violência”.

A Sónia Seixas, vice-presidente da Escola Superior de Educação de Santarém (ESES), coube falar sobre ‘bullying’ e violência em contexto escolar, “um fenómeno multifacetado”. Para a docente, o ‘bullying’ manifesta-se por “comportamentos agressivos intencionais, que ocorrem repetidamente”. Uma situação verificada num “contexto de grande intimidação”, que se ficará a dever a uma “desigualdade de poder entre alunos envolvidos”.

Para a professora da ESAS, o ‘bullying’ é provocado por “alunos que se sentem superiores”, perante “alunos que se sentem submissos”, podendo originar “danos físicos ou psicológicos”. Acima de tudo, garante, “é um atropelo aos direitos das crianças”.

O painel acerca de ‘Violência con-



Sónia Seixas e Rosa Saavedra falaram sobre violência na infância. Luísa Féria moderou este painel

tra crianças e jovens em contexto familiar”, onde se falou sobre ‘crianças expostas à violência inter-parental’, contou com a intervenção de Ana Isabel Sani, professora na Universidade Fernando Pessoa, no Porto.

Para esta docente, que estuda o tema há mais de uma década, “os maus tratos podem ser considerados crime no nosso País”, onde se encontram contemplados, como tal, pelas leis nacionais. Tentou-se enquadrar uma situação que se manifesta através de “abusos físicos ou emocionais”, com recurso a “ameaça, intimidação, abuso psicológico, humilhação ou ausência de afectos”, explica.

“Uma criança que constantemente escuta discussões onde ela é apontada como a causa da discussão, vai desenvolver uma vitimização e um receio de que ela apropria seja vítima da mesma situação”, assegurou a mesma responsável.

ma situação”, assegurou a mesma responsável.

O abuso de consumo de bebidas alcoólicas e de drogas podem, igualmente, “potenciar este tipo de situações”, levando a um isolamento e ao desenvolvimento de “reações de ansiedade”, que se traduzem em “comportamentos de desobediência mais impulsivos”. No plano emocional, estas crianças, “evidenciam alguma tristeza”, bem como “um fraco rendimento escolar”, com “dificuldades de concentração e de memória” e “pobres capacidades verbais”. No entanto, nem todas as crianças podem vir a desenvolver, de imediato, este tipo de comportamento, que, por vezes, surgem posteriormente como “situações de stress pós-traumático”.

No encerramento da primeira parte destas Jornadas Contra a Violência,

falou-se do ‘Sistema legal de protecção de crianças e jovens expostos à violência inter-parental’. Para Ana Marta Crespo, Juíza de Direito no Tribunal da Comarca de Beja, “o crime de violência doméstica surge na Lei desde 2007”, apesar dos seus “contornos muito específicos”.

De acordo com a jurista, nestas situações, a Lei portuguesa “prevê um crime de uma forma agravada, severamente punido, em que não se admite pena de multa, à semelhança da maioria dos crimes”.

As jornadas prosseguiram pela tarde, com a realização de um outro painel dedicado ao ‘Stalking’, um assédio persistente, perseguição, bem como a ‘Segurança Sénior’, nomeadamente o envelhecimento e violência a que estão sujeitos os mais idosos.

Carlos Quintino

COISAS DA NET

MÓNICA E RUBIM
SÃO PROTAGONISTAS

VÍDEO da CABEÇADA é sucesso e gera polémica



PARA promover o *site* Vai Bater – Agenda de eventos, Rubim e Mónica Sofia protagonizam o vídeo que tem dado que falar. Neste, o modelo é assediado na cama pela mulher enquanto consulta um *tablet*. Em vez de ceder aos avanços de Mónica, Rubim vê algo que lhe interessa, dá uma cabeçada à mulher

FALADO na América

O *site* americano BuzzFeed, que recolhe vídeos que fazem furor, divulgou o vídeo do casal português. “Até num programa de rádio americano falaram do anúncio”, adianta Rubim.

O modelo defende-se das acusações da APAV, que afirma que o vídeo é de “mau gosto”, e diz que a intenção era apenas divertir as pessoas.

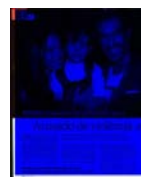
– deixando-a inconsciente – e sai... O modelo conta que ele e Mónica “tinham um *feeling* que daria polémica. Mas a nossa intenção era fazer um vídeo cómico, que as pessoas se rissem e que fosse viral. Neste momento já ultrapassou as 200 mil visualizações, o nosso objetivo foi alcançado”, refere. Contudo, nem tudo são rosas. João Lázaro, vice-presidente da APAV

(Associação de Apoio à Vítima), já se insurgiu publicamente, acusando-o de “mau gosto”. Rubim defende-se, dizendo que respeita, mas avança que “é absurdo, ninguém vê o vídeo e vai bater na mulher a seguir, isto não incentiva a violência, então o que dizer das novelas ou dos combates de *wrestling*?”, questiona. Resta-nos ficar a aguardar pela “vingança” de Mónica.

MÓNICA AO PODER

No início de junho poderemos ver a sequência deste vídeo, que segundo Rubim será mais “feminista” e mostrará a vingança da ex-Delirium.

Texto: Levi Filipe Marques



C APA



VÍTOR BAÍA PASSA MAU MOMENTO NA RELAÇÃO COM ELISABETE CARVALHO

Acusado de violência e

Depois de mais de seis anos de uma relação de sonho com Vítor Baía, Elisabete Carvalho está a viver um pesadelo. A gota de água aconteceu na passada terça-feira, 29 de maio, quando Bé, como é tratada pelos amigos, foi alertada pela ama do seu filho, Afonso, de cinco anos, de que Vítor estaria a retirar bens da casa da Foz, onde os dois já viveram maritalmente. Nesta aparição, ao que consta,

Separada de Baía há três meses, Elisabete, vive aterrorizada: *"Tenho medo que ele leve o nosso filho."*

ele fez-se acompanhar de dois amigos. Tudo aconteceu ao final da tarde quando, o ex-futebolista e ex-diretor de Relações Externas do FC Porto, entrou na habitação, sendo surpreendido pela ama, que em situações normais *"não estaria ali àquela hora"*, disse Bé à NOVA

GENTE, acrescentando *"ligou-me de imediato e estava receosa"*. Nesta altura, a empresária estava com o filho num treino de futebol. Apesar de surpreendido pela presença da empregada, isso não o impediu de levar diversos bens que a ex-mulher considera serem seus, como por exemplo relógios, joias, entre outros. Objetos esses oferecidos pelo ex-jogador. Apesar de ter ficado quase sem nada em casa, uma vez que *"arrancou as televisões,*

Há três meses, depois de Vítor Baía ter saído da antiga casa comum, que Bé vive sozinha com o filho

MIMOS PARA
ELISABETE
CARVALHO

O ex-jogador
sempre foi
conhecido pelo
bom-gosto, além
disso gostava de
mimar a mulher
com várias
prendas, como
relógios e anéis



CASA EM LOCAL
PRIVILEGIADO

Foi na Foz
do Porto, uma zona
de luxo, que Vítor
e Bé moraram
durante o tempo
em que estiveram
juntos. O
casal separou-se
há três meses



roubo

os vários quadros, as minhas joias, computadores e levou o pouco dinheiro que eu tinha" a maior preocupação de Elisabete Carvalho é sem dúvida o filho, que até esta altura não se tinha apercebido de nada. "Tenho tentado manter o Afonso longe de toda esta situação, mas agora foi impossível, pois ele tem-me visto a chorar. O meu maior medo é que ele leve o nosso filho", confessa. Face a estes acontecimentos, a Polícia foi chamada ao local, sendo que posteriormente foram formuladas queixas-crimes "de agressão, violência psicológica, perseguição e abandono do lar" disse Elisabete, sem se querer alongar mais por

conselho da advogada. Verdade, é que esta situação já dura "desde que o Vítor saiu de casa em março, ele costuma mandar um empregado entregar alguma comida para o filho, não lhe dá dinheiro nenhum, e até os cartões de crédito foram cancelados. É como se ela estivesse prisioneira. Isto depois dela ter deixado de trabalhar a pedido dele", reve-

lou uma das melhores amigas de Elisabete. Perante esta situação, a NOVA GENTE sabe que a APAV (Associação de Apoio à Vítima) já foi contactada sobre este caso. Certo é que este não foi o primeiro episódio deste género que aconteceu. "Sempre que tinha de sair de casa, tentava não a deixar sem ninguém, ▶



CAPA



SEMPRE BEM VESTIDA

Cada vez que aparecia publicamente com Vítor Baía, Elisabete Carvalho levava joias e outros objetos de luxo oferecidos pelo marido



A primeira mulher dele

Alexandra Almeida foi a primeira e única mulher com quem Vítor Baía foi casado. Os dois conheceram-se ainda jovens, começaram a namorar e casaram alguns anos depois. Diogo e Beatriz, são fruto deste casamento que durou 13 anos. De salientar que o casal anunciou a sua separação num comunicado emitido no dia 10 de Janeiro de 2005. Desde essa altura que Alexandra passou a ter uma vida mais discreta, sendo normalmente vista no verão, no Algarve.

► uma vez que o Vítor já tinha vindo cá, durante uma das minhas ausências. Nessa altura levou champanhe, mas nem me importei nada com isso. Ele sabe as minhas rotinas e os horários do filho e aproveitou-se disso. Desta vez, levou-me tudo, só fiquei com o que trazia, além de que encontrei a casa toda desarrumada, com roupa espalhada pelo chão. Um caos. E o pior é que o meu filho apercebeu-se de tudo." Contactada pela nossa revista, a advogada que acompanha o caso, Sónia Carneiro, da sociedade João Nabais & Associados, revelou: "Isto foi um ato inesperado, numa altura em que se estava a tentar um acordo para a regulação do poder parental, bem como os direitos que lhe pertencem. Há que ter em conta que este foi um ato criminoso de violação de domicílio, uma vez que houve abandono do lar há três meses. Existiu ainda furto dos bens dela, como brincos, pulseiras... e vários outros adquiridos já depois de estarem juntos. Saliente-se ainda que a casa tem câma-

ras de vigilância 24 horas por dia, uma forma dos passos dela serem controlados." Perante esta acusação, a NOVA GENTE tentou insistentemente entrar em contacto com Vítor Baía, mas este teve sempre os telemóveis desligados. Recorde-se que o jogador, atualmente com 41 anos, viveu em união de facto com Elisabete Carvalho, de 32. Da relação existe um filho, o pequeno Afonso de cinco anos. Os dois estão separados há cerca de três meses, apesar de nenhum ter vindo publicamente assumir tal rutura. Mesmo que nunca se tenham casado, desde o momento em que Vítor saiu de casa, existe um litígio relativo às responsabilidades parentais sobre o filho.

O casal conheceu-se em 2005, através de amigos, depois do ex-guarda-redes do FC Porto se ter separado de Alexandra Almeida, de quem tem dois filhos, Diogo e Beatriz. ■

Texto: LURDES DE MATOS; Fotos: IMPALA

O amigo e sócio

Fernando Póvoas é um dos médicos nutricionistas mais conhecidos do Porto. A relação de amizade com Vítor Baía é conhecida publicamente, visto que os dois têm negócios em comum. Face às últimas notícias que davam como certa a falência de Baía, Fernando Póvoas afirmou: "A minha clínica comprou a casa", aproveitando para esclarecer "o Vítor passou por uma fase mais apertada porque fez um grande investimento num hotel em Évora mas está tudo a chegar a bom porto".





II Jornadas da APAV contra a violência

No sentido de dar continuidade à primeira edição das Jornadas contra a Violência (realizadas no dia 9 e 10 de dezembro de 2010), a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV Açores promove amanhã, dia 6 de junho, no Centro Cívico de Santa Clara, em Ponta Delgada, as II Jornadas contra a Violência.

De acordo com informações fornecidas pela APAV Açores, nestas jornadas serão abordados temas como a violência no namo-

ro, sistema de referência de vítimas de crime e stalking - assédio persistente e perseguição. Na sessão de abertura, estará presente a presidente da APAV, Joana Marques Vidal, e no encerramento, a gestora da APAV Açores, Helena Chaves Costa.

A APAV tem como missão prestar, de forma gratuita e confidencial, apoio emocional, jurídico, psicológico e social a cidadãos que tenham sido ou sejam vítimas de crimes. ♦ BF



ID: 42142514

05-06-2012

Sistema da APAV permitiu sinalizar mais de cem vítimas de crime

O sistema de referência de vítimas de crime, um projeto piloto da Associação de Apoio à Vítima (APAV) que arrancou há um ano em Ponta Delgada, nos Açores, já abrangeu mais de uma centena de pessoas.

Helena Costa, da APAV/Açores, revelou ontem à Lusa que este sistema inédito no país “abrangeu mais de 100 vítimas de violência doméstica e no namoro, ofensas à integridade, furtos, danos e roubos”.

“Na altura da apresentação da queixa, a PSP informa a vítima de que tem direito a serviços gratuitos de apoio, preenchendo um folheto com a sua identificação, uma descrição do sucedido e a autorização para o contacto da APAV”, afirmou Helena Costa, acrescentando que as vítimas podem ter apoio psicológico, social e jurídico.

O projeto, que arrancou em maio de 2011 em Ponta Delgada, está também a funcionar há cer-

ca de um mês na Lagoa, em S. Miguel, admitindo Helena Costa, que o objetivo é abranger mais uma esquadra policial todos os anos.

A APAV vai também arrancar em breve nos Açores com a campanha ‘Corta com a Violência’, já lançada no continente, que é dirigida aos jovens e pretende sensibilizar contra a violência através da comunicação social, com folhetos, cartazes e posters, salientou Helena Costa. ♦ LUSA



Jornadas contra violência

Berta Cabral defende valorização dos técnicos das IPSS

A Presidente da Câmara de Ponta Delgada voltou ontem a realçar o papel preponderante desempenhado pelas IPSS e, em particular, dos técnicos destas instituições, que “não têm visto o seu estatuto reconhecido e valorizado em função do relevante trabalho que prestam”.

Intervindo na sessão de abertura das II Jornadas da APAV Açores contra a Violência, Berta Cabral reforçou a ideia de que é necessário adoptar “um modelo em rede, devidamente coeso e articulado, motivador por excelência e eficaz na sua essência”.

Na sua opinião, esta “é a forma de intervenção social que urge defender junto das instituições e por em prática no tecido social”.

Sobre a luta contra a violência, disse que todos os cidadãos, sobretudo aqueles com “a responsabilidade que a cidadania nos confere”, têm “um papel primordial no desafio da luta contra a violência”.

“Desvalorizámos por muito tempo esse papel, mas, nos dias de hoje, não podemos deixá-lo em mãos alheias” - salientou.

Defendeu a necessidade de que “todas as vítimas, sejam mulheres ou homens, crianças, adolescentes ou idosos, tenham a força e o alento para iniciar um processo de mudança da sua situação e possam aceder à informação acerca dos seus direitos e, com isso, denunciar. Esta é a luta pela dignidade que não poderemos perder”.

“Só assim conferimos uma dimensão mais humana à solidariedade social e ao acompanhamento entre quem orienta e quem é orientado e, por sua vez, obter maior eficácia na resposta às situações denunciadas” - acentuou Berta Cabral, destacando o papel do Município nesta área.

Referiu-se, em particular, à ação do Gabinete Saudável de Apoio ao Jovem e à criação do Projeto Conforto (apoio aos idosos) que a Câmara criou e que têm vindo a trabalhar no sentido de recensar boas práticas e, ao mesmo tempo, a identificar os alguns problemas de grupos sociais mais vulneráveis.

Para Berta Cabral, “criar oportunidades e combater a resignação é um dos lemas que nos move. Um lema que apela à participação e, aqui, não posso deixar de referir o contributo dos voluntários. Do médico especialista ao professor, do cidadão comum aos profissionais liberais, todos contribuem para a defesa dos direitos, dos deveres e da qualidade de vida dos cidadãos”.

Sublinhou, no entanto, que o mais importante, nesta tarefa “é que o façamos no respeito pela dignidade de cada pessoa, de cada família, de cada caso a que pretendemos acudir”.

“Se trabalharmos todos de forma organizada, reunindo e diversificando contributos, actuando em rede e aprofundando a cooperação entre instituições, estaremos a trilhar um caminho de esperança” - reforçou.

Berta Cabral aproveitou para valorizar todos os que concretizam essa esperança, pelo trabalho e pela dedicação, manifestando uma “confiança inabalável de que, com o exemplo do vosso empenhamento cívico, vamos construir uma sociedade mais justa e uns Açores melhores”.



LISA SOARES / GLOBAL IMAGENS

APAV e DGS lançam campanha de sensibilização

Casos de violência contra idosos dispararam 158%

NUMA DÉCADA

A ASSOCIAÇÃO Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde lançam, amanhã, uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158% entre 2000 e 2011.

A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas e faz parte do projeto Titono – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS e desenvolvido pela APAV que tem vindo a alertar a sociedade para a “realidade ainda obscura” da violência contra os idosos.

À Lusa, Maria de Oliveira, técnica da APAV, afirmou que aquele crime representa “uma situação grave, não só socialmente, como também é um problema de saúde pública”. “Mais tarde ou mais

cedo, as pessoas recorrem à unidade de saúde porque têm algum problema de saúde ou porque sofreram alguma forma de violência física”, comentou.

Maria de Oliveira adiantou, ainda, que o número de processos de apoio a idosos vítimas de violência subiu de cerca de 200, em 2000, para 749, em 2011, um aumento de 158%. “Estes dados referem-se a pessoas com 65 ou mais anos. Se alargarmos estes números às pessoas com 50 anos ou mais anos, teremos cerca de 950 processos de apoio”, elucidou. ●

NÚMERO

127

casos em 2011.
Quase metade (54)
em Ponta Delgada.



14-06-2012

Tiragem: 27259

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 6

Cores: Cor

Área: 4,76 x 6,90 cm²

Corte: 1 de 1



APAV e DGS querem combater violência contra idosos

LISBOA A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-geral de Saúde lançam esta sexta-feira uma campanha de sensibilização para combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158% entre 2000 e 2011. A iniciativa pretende alertar para uma "realidade ainda obscura". A Organização Mundial de Saúde prevê que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025.



CAMPANHA Associação de Apoio à Vítima alerta para violência contra seniores

Processos de apoio a idosos aumentaram 158% na APAV

Associação vai lançar campanha, juntamente com a DGS, que visa sensibilizar para este tema.

CARLA MARINA MENDES
cmendes@destak.pt

De cerca de 200 em 2000, para mais de 700 em 2011. O número de processos de apoio a idosos vítimas de violência na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assistiu a um aumento de 158%. É para evitar que as estatísticas se agravem ainda mais que a APAV, juntamente com a Direcção-Geral da Saúde lançam amanhã uma campanha que visa sensibilizar para este tipo de violência e para a necessidade de o combater.



Situação de crise pode tornar os idosos um alvo maior da violência

Trata-se, diz à agência Lusa Maria de Oliveira, técnica da APAV, de «uma situação grave», que acredita existirem muito mais casos do que aqueles denunciados à instituição. «O País encontra-se numa situação financeira difícil e temos

famílias nucleares a regressarem a casa dos pais e isto pode potenciar situações de tensão e de conflitos», justifica. E, apesar de haver uma maior sensibilização para este tipo de crime, continua a haver «um longo caminho a percorrer».



Dados da APAV recolhidos entre 2000 e 2011

Violência contra idosos sobe 158 por cento

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde lançam, amanhã, uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158 por cento entre 2000 e 2011. A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa **“alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno”**, explica a APAV. Segundo Maria de Oliveira, o número de processos de apoio a idosos subiu de cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011, um aumento de 158%.



**SUBIU 158% EM 11 ANOS**

Violência contra idosos disparou

■ A Associação de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral de Saúde lançam amanhã uma campanha de sensibilização e combate à violência contra idosos, que aumentou 158% em 11 anos. “Esta é uma situação grave, não só socialmente, como também é um problema de saúde pública”, disse Maria de Oliveira. O número de processos de apoio às vítimas subiu de 200 (em 2000) para 749 (2011), sendo estes dados referentes a pessoas com 65 ou mais anos. “Se alargarmos às pessoas com 50 ou mais, teremos cerca de 950 casos”, elucidou.



Crêsce a violência sobre idosos

O número de processos de apoio a idosos, vítimas de violência, subiu de cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011, um aumento de 158 por cento. Dados da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa referentes ao Distrito Judicial de Lisboa referem que, entre 1 de Janeiro e 30 de Março deste ano, foram reportados 27 casos de violência contra idosos. Nas comarcas de Almada e Lisboa foram registados cinco casos em cada um, em Loures quatro casos, no Barreiro três e no Funchal dois. Em 2011, foram assinalados 127 casos, a maioria em Ponta Delgada (54), seguindo-se Almada (17), Vila Franca de Xira (19), Torres Vedras (10), Funchal (9), Barreiro (8), Lisboa (5) e Loures (4). Neste âmbito a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direcção-Geral da Saúde lançam agora uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos.



Violência sobre idosos pode aumentar com a crise

Crime atingiu 750 pessoas com mais de 65 anos número que aumentou 158% num prazo de 10 anos

■ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direcção-Geral da Saúde lançam amanhã uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158% entre 2000 e 2011.

A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa «alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno», refere a APAV.

Esta iniciativa faz parte do projecto Títono - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS e desenvolvido pela APAV que tem vindo a alertar a sociedade para a «realidade ainda

obscura» da violência contra os idosos.

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025, atingindo os 1,2 milhões. A Organização Mundial da Saúde receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações e o enfraquecimento dos sistemas de protecção social venha a agravar as situações de violência.

Em declarações à Lusa, Maria de Oliveira, técnica da APAV, afirmou que este crime representa «uma situação grave, não só socialmente, como também é um problema de saúde pública». «Mais tarde ou mais cedo, as pessoas recorrem a unidade de saúde porque têm algum problema de saúde ou porque sofre-

ram alguma forma de violência física», comentou.

«Mas nós sabemos que os nossos dados são só a pontinha do iceberg», comentou, alertando para um possível aumento destes casos: «O país encontra-se numa situação financeira difícil e temos famílias nucleares a regressarem a casa dos pais e isto pode potenciar situações de tensão e de conflitos». «Muitas vezes até são os idosos que sustentam o agregado familiar com a sua reforma», observou.

Por outro lado, há cada vez mais casos de idosos a tomarem conta de outros idosos, uma situação que «acarreta uma grande carga emocional e que pode potenciar a ocorrência destas situações».

Também há relatos de furtos, de burlas e «homejacking», em que as pessoas estão em casa e

são brutalmente agredidas. «É uma realidade que vai desde a violência doméstica a todos os outros crimes de que os idosos são alvos na rua, em casa, em estabelecimentos, instituições», frisou.

Maria de Oliveira adiantou que o número de processos de apoio a idosos vítimas de violência subiu de cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011, um aumento de 158%. «Estes dados referem-se a pessoas com 65 ou mais anos. Se alargamos estes números às pessoas com 50 anos ou mais anos teremos cerca de 950 processos de apoio», elucidou.

A APAV está a desenvolver cursos de formação para profissionais e forças de segurança sobre os idosos vítimas de crime e a desenvolver acções de sensibilização em meio escolar. ■

Violência contra pessoas idosas cresceu 40 por cento nos Açores

Casos passaram de 25 em 2010 para 35 em 2011. Crimes contra o património, violência doméstica e negligência foram os mais comuns

PAULO FAUSTINO

pfaustino@acorianoriental.pt

Os casos de violência contra idosos aumentaram 40 por cento entre 2010 e 2011 nos Açores, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O número de processos de idosos vítimas de violência, acompanhados pela APAV, passou de 25 em 2010 para 35 em 2011, sendo a maioria assinalados no concelho de Ponta Delgada.

Os casos registados apontam para crimes contra o património, violência doméstica e negligência por parte dos cuidadores aos idosos. "Não só aumentou o número de apoio, como também o tipo de crime e o tipo de ajuda pedido", explicou ao Açoriano Oriental a gestora do gabinete de apoio à vítima da APAV, Sílvia Branco.

A responsável pela APAV Açores, Helena Costa, acredita que os números existentes são apenas a "pontinha do iceberg", porque haverá muitos idosos que não denunciam a sua situação de vítima por se encontrarem dependentes dos cuidados do próprio agressor (que pode ser filho ou filha), o que os inibe depois na apresentação de queixa.

O que está a acontecer também nesta altura de crise é que várias

famílias estão a voltar para a casa dos pais idosos, em resultado da falta de emprego e da menor capacidade financeira, o que cria problemas acrescidos a estes últimos, inclusive ao nível de conflitos domésticos e apropriação indevida dos seus bens. "Temos núcleos familiares a deslocarem-se para casa dos idosos e a dependerem financeiramente deles, das suas reformas, dos bens que possam ter como terrenos, casas e estamos a aperceber que há, às vezes, crimes contra o património por parte dos próprios filhos", evidencia. Aliás, uma grande parte dos processos que a APAV acompanha na área da terceira idade relacionam-se com as questões do património.

Helena Costa tem a noção que os Açores são a região do país que mais tarde está a despertar para a problemática da violência contra os idosos. "Aqui, de há um ou dois anos para cá, começamos a assistir a um aumento das denúncias e a uma procura de apoio à APAV. Estamos em tempo útil para travar e não deixar avolumar o problema", frisa.

A APAV já esteve nas nove ilhas a fazer sensibilização sobre o tema e já firmou parcerias com a PSP no apoio à terceira idade.

Dados oficiais informam que em 2011 foram assinalados 127 casos de violência contra idosos em Portugal, sendo que a maioria aconteceram em Ponta Delgada, seguindo-se Almada, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Funchal, Barreiro, Lisboa e Loures.

Trata-se de um crime que au-



Números existentes são apenas a "pontinha do iceberg", alerta Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Duzentos novos casos de violência doméstica num total de 719 vítimas

Estão atualmente a ser acompanhadas 719 vítimas de violência doméstica nos Açores, sendo que cerca de 200 são casos novos e a maioria regista-se em São Miguel (115).

O anúncio foi feito pela Diretora Regional da Solidariedade e Segurança Social no Ciclo de Debates 2012 - Retratos da Violência Doméstica nos Açores, realizado em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

O facto da Região registar valores

superiores ao nível das denúncias resulta, segundo Natércia Gaspar, dos açorianos "estarem menos tolerantes em aceitar a violência doméstica". A governante salientou a importância do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica no combate a este flagelo social. A adoção da Ficha de Avaliação Primária de Risco de Violência Conjugal já permitiu a intervenção em 100 situações.*

mentou 158 por cento entre 2000 e 2011 no país: cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011.

Tendo em conta esta realidade, a APAV e a Direção-Geral da Saúde lançam amanhã uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos.

A campanha avança justamente no "7º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas", que pretende chamar a atenção da sociedade para a necessidade de prevenir e lutar contra o fenómeno.*

PEDRO SILVA



ID: 42291376

14-06-2012

APAV e DGS lançam campanha para combater violência que subiu 158% em 11 anos



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde lançam na sexta-feira uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158 por cento entre 2000 e 2011.

A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa “alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno”, refere a APAV.

Esta iniciativa faz parte do projeto Títano - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS e desenvolvido pela APAV que tem vindo a alertar a sociedade para a “realidade ainda obscura” da violência contra os idosos.

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025, atingindo os 1,2 milhões. A Organização Mundial da Saúde receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações e o enfraquecimento dos sistemas de proteção social venha a agravar as situações de violência.

Em declarações à Lusa, Maria de Oliveira, técnica da APAV, afirmou que este crime representa “uma situação grave, não só socialmente, como também é um problema de saúde pública”. “Mais tarde ou mais cedo, as pessoas recorrem a unidade de saúde porque têm algum problema de saúde ou porque sofreram alguma forma de violência física”, comentou.

“Mas nós sabemos que os nossos dados são só a pontinha do iceberg”, comentou, alertando para um possível aumento destes casos: “O país encontra-se numa situação financeira difícil e temos famílias nucleares a regressarem a casa dos pais e isto pode potenciar situações de tensão e de conflitos”.

“Muitas vezes até são os idosos que sustentam o agregado familiar com a sua reforma”, observou. Por outro lado, há cada vez mais casos de idosos a tomarem conta de outros idosos, uma situação que “acarreta uma grande carga emocional e que pode potenciar a ocorrência destas situações”. Também há relatos de furtos, de burlas e ‘homejacking’, em que as pessoas estão em casa e são brutalmente agredidas. “É uma realidade que vai desde a violência doméstica a todos os outros crimes de que os idosos são alvos na rua, em casa, em estabelecimentos, instituições”, frisou. Maria de Oliveira adiantou que o número de processos de apoio a idosos vítimas de violência subiu de cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011, um aumento de 158%.

“Estes dados referem-se a pessoas com 65 ou mais anos. Se alargamos estes números às pessoas com 50 anos ou mais anos teremos cerca de 950 processos de apoio”, elucidou.

Apesar das pessoas estarem mais sensibilizadas para este tipo de crime, “ainda há um longo caminho a percorrer”.

“Muitas vezes as pessoas pensam que determinados comportamentos são normais e não assumem que estão a ser vítima de certo tipo de violência”. Por outro lado, também têm vergonha de assumir que caíram numa armadilha, no caso das burlas, e “ficam com a autoestima em baixo”.

A APAV está a desenvolver cursos de formação para profissionais e forças de segurança sobre os idosos vítimas de crime e a desenvolver ações de sensibilização em meio escolar.

Dados da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa referentes ao Distrito Judicial de Lisboa referem que, entre 1 de Janeiro e 30 de Março deste ano, foram reportados 27 casos de violência contra idosos.

■ SÓ NO PRIMEIRO TRIMESTRE DESTE ANO NA MADEIRA

Violência contra idosos deu origem a dois processos

Entre 1 de Janeiro e 30 de Março do corrente ano, deram entrada dois processos por violência contra idosos no Tribunal da Comarca do Funchal. Ao longo do ano passado, foram assinalados nove casos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direcção-Geral da Saúde lançam, amanhã, uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou no País 158 por cento entre 2000 e 2011. Na Madeira, no ano passado foram assinalados nove casos, sendo que, este ano, já deram entrada no Tribunal da Comarca do Funchal dois processos de casos de violência contra idosos.

Dados da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa referentes ao Distrito Judicial de Lisboa referem que, entre 1 de Janeiro e 30 de Março deste ano, foram reportados 27 casos de violência contra idosos.

Nas comarcas de Almada e Lisboa foram registados cinco casos em cada um, em Loures quatro casos, no Barreiro três e no Funchal dois. Em 2011, foram assinalados 127 casos, a maioria em Ponta Delgada (54), seguindo-se Almada (17), Vila Franca de Xira (19), Torres Vedras (10), Funchal (9), Barreiro (8), Lisboa (5) e Loures (4).

Apesar das pessoas estarem mais

sensibilizadas para este tipo de crime, “ainda há um longo caminho a percorrer”, alertou Maria de Oliveira, técnica da APAV. “Muitas vezes as pessoas pensam que determinados comportamentos são normais e não assumem que estão a ser vítima de certo tipo de violência”. Por outro lado, também têm vergonha de assumir que caíram numa armadilha, no caso das burlas, e “ficam com a autoestima em baixo”.

A campanha, que tem início amanhã em todo o País, faz parte do projecto Titono - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS e desenvolvido pela APAV e que tem vindo a alertar a sociedade para a “realidade ainda obscura” da violência contra os idosos.

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025, atingindo os 1,2 milhões. A Organização Mundial da Saúde receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações venha a agravar as situações de violência.

Em declarações à Lusa, Maria de Oliveira, afirmou que este crime representa “uma situação grave, não só socialmente, como também é um problema de saúde pública”.

Para aquela técnica a situação é mais grave, porque, com a crise, há muitos idosos que sustentam o agregado familiar com a sua reforma. Além disso, há idosos a tomarem conta de outros idosos.

Também há relatos de furtos, de burlas e ‘homejacking’, em que as pessoas estão em casa e são agredidas, situação que já ocorreu na Madeira. Os sítios mais isolados são mais sujeitos a este tipo de crime.

Na Região, o Centro de Segurança Social da Madeira está atento a todas as formas de violência, desde crianças, jovens, adultos e idosos, existindo várias respostas para estes problemas. Os dados da Política de Segurança Social da Região dão conta que a equipa de apoio às vítimas de violência doméstica apoiou 17 pessoas, em 2011, com mais de 60 anos.

De salientar que, sempre que algum cidadão, tenha conhecimento de situações de violência contra idosos, pode sempre telefonar para a Linha de Emergência Social 144 ou então contactar a Polícia de Segurança Pública e até o Centro de Segurança Social da Madeira. □



A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa “alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno”, refere a APAV.



Se alguém suspeitar de maus tratos contra idosos, pode ligar para a linha de emergência social 144, ou contactar a polícia ou, então, a Segurança Social.

CÁTIA BARBOSA



► Ação protege idosos

Violência aumentou 158%

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde lançam amanhã uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158% entre 2000 e 2011.

A campanha é lançada no dia em que se assinala

o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa "alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno", refere a APAV.

A iniciativa faz parte do projeto Títano – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de

Crime e de Violência, financiado pela DGS.

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025, atingindo os 1,2 milhões. A Organização Mundial da Saúde receia que o aumento, associado a uma quebra de laços entre

gerações e o enfraquecimento dos sistemas de proteção social venha a agravar os casos de violência.

Entre 1 de janeiro e 30 de março deste ano, foram reportados 27 casos de violência contra idosos. Em 2011, foram assinalados 127 casos, a maioria em Ponta Delgada.



Maus tratos a idosos aumentaram 23% num ano

Violência
José Bento Amaro

A degradação das condições financeiras está a fazer regressar filhos e netos à casa de pais e avós, potenciando agressões

A degradação das condições de vida pode estar a potenciar o crescimento de actos de violência contra os idosos. No ano passado, de acordo com a Associação de Apoio à Vítima (APAV), foram contabilizados 749 processos instaurados a pessoas que praticaram actos violentos contra idosos, o que representou um acréscimo de 23% face a 2010. Hoje é dia mundial de combate à violência contra idosos.

“É um facto que a crise, a deterioração das condições financeiras das famílias, pode potenciar a ocorrência de situações de violência contra idosos”, diz ao PÚBLICO a assessora da direcção da APAV, Maria de Oliveira, lembrando que actualmente muitos filhos e netos, devido às dificuldades que atravessam, estão a regressar à casa dos pais e avós.

Um levantamento da APAV agora divulgado diz que, entre 2000 e 2011, os actos de violência contra idosos aumentaram 158%, um total de 6240 casos em 11 anos. “Esse aumento pode ser, também, uma consequência do modo como as pessoas planeiam a velhice”, acrescenta Maria de Oliveira, lembrando que “as pessoas preocupam-se mais em fazer planos de poupança-reforma do que em cultivar relações de qualidade com familiares e vizinhos”.

O estudo da APAV refere que em 78% das situações detectadas em 2011 foram as mulheres as vítimas. E foi entre os 65 e os 70 anos que se contabilizaram mais casos (238, correspondendo a 31%). Os casos em que as pessoas agredidas foram o pai ou a mãe correspondem a 36,4% do total, ou seja, 273 ocorrências. Agressões entre cônjuges foram 193.

Quanto aos autores das agressões, constatou-se que em 63% dos casos (469 ocorrências) os mesmos eram homens. A maior parte dos agressores (quase metade dos identificados) tem idades compreendidas entre os 45 e os 50 anos. Em 2011 houve duas mortes de idosos em consequência de agressões, havendo ainda 51 casos referentes a diversas formas de ofensa à integridade física.

**Idosos:**

APAV e DGS lançam campanha para combater violência que subiu 158% em 11 anos

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde lançam amanhã, uma campanha de sensibilização para prevenir e combater a violência contra idosos, um crime que aumentou 158 por cento entre 2000 e 2011.

A campanha é lançada no dia em que se assinala o 7.º Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que visa “alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno”, refere a APAV.

Esta iniciativa faz parte do projeto Títano - Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS e desenvolvido pela APAV que tem vindo a alertar a sociedade para a “realidade ainda obscura” da violência contra os idosos.

Com o aumento da esperança de vida prevê-se que o número de pessoas com mais de 60 anos duplique até 2025, atingindo os 1,2 milhões. A Organização Mundial da Saúde receia que este aumento, associado a uma certa quebra de laços entre as gerações e o enfraquecimento dos sistemas de proteção social venha a agravar as situações de violência.

Em declarações à Lusa, Maria de Oliveira, técnica da APAV, afirmou que este crime representa “uma situação grave, não só

socialmente, como também é um problema de saúde pública”.

“Mais tarde ou mais cedo, as pessoas recorrem a unidade de saúde porque têm algum problema de saúde ou porque sofreram alguma forma de violência física”, comentou.

“Mas nós sabemos que os nossos dados são só a pontinha do iceberg”, comentou, alertando para um possível aumento destes casos: “O país encontra-se numa situação financeira difícil e temos famílias nucleares a regressarem a casa dos pais e isto pode potenciar situações de tensão e de conflitos”.

“Muitas vezes até são os idosos que sustentam o agregado familiar com a sua reforma”, observou.

Por outro lado, há cada vez mais casos de idosos a tomarem conta de outros idosos, uma situação que “acarreta uma grande carga emocional e que pode potenciar a ocorrência destas situações”.

Também há relatos de furtos, de burlas e ‘homejacking’, em que as pessoas estão em casa e são brutalmente agredidas. “É uma realidade que vai desde a violência doméstica a todos os outros crimes de que os idosos são alvos na rua, em casa, em estabelecimentos, instituições”, frisou.

Maria de Oliveira adiantou que o número de processos de apoio a idosos vítimas de

violência subiu de cerca de 200 em 2000 para 749 em 2011, um aumento de 158%.

“Estes dados referem-se a pessoas com 65 ou mais anos. Se alargámos estes números às pessoas com 50 anos ou mais anos teremos cerca de 950 processos de apoio”, elucidou.

Apesar das pessoas estarem mais sensibilizadas para este tipo de crime, “ainda há um longo caminho a percorrer”.

“Muitas vezes as pessoas pensam que determinados comportamentos são normais e não assumem que estão a ser vítima de certo tipo de violência”. Por outro lado, também têm vergonha se assumir que caíram numa armadilha, no caso das burlas, e “ficam com a autoestima em baixo”.

A APAV está a desenvolver cursos de formação para profissionais e forças de segurança sobre os idosos vítimas de crime e a desenvolver ações de sensibilização em meio escolar.

Nas comarcas de Almada e Lisboa foram registados cinco casos em cada um, em Loures quatro casos, no Barreiro três e no Funchal dois.

Em 2011, foram assinalados 127 casos, a maioria em Ponta Delgada (54), seguindo-se Almada (17), Vila Franca de Xira (19), Torres Vedras (10), Funchal (9), Barreiro (8), Lisboa (5) e Loures (4).

**APAV****Violência contra idosos mais que duplicou nos últimos 10 anos**

» *Liliana Carona*

Há cada vez mais idosos vítimas de maus tratos. A Associação de Apoio à Vítima (APAV) registou um aumento de 158% de casos entre 2000 e 2011, mas Maria de Oliveira, técnica da associação, diz que isto pode ser apenas uma pequena parte da realidade.



Pedro Mesquita/RR

“Sabemos que os dados que temos oficialmente são apenas a pontinha do icebergue”, diz a técnica, explicando que “actualmente existem muitas situações em que as pessoas não recorrem a nós; muitas vezes as pessoas têm vergonha e sentimentos de culpa e não contactam as instituições”.

A APAV admite que a crise pode potenciar a violência. “Estamos perante uma situação de crise económica, temos conhecimento que há muitos agregados familiares que se deslocam para casa dos pais e muitas vezes isso origina muitas tensões e conflitos”, diz Maria de Oliveira.

No âmbito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, a APAV, com o apoio da Direcção Geral de Saúde, relança hoje a campanha que alerta para a problemática da violência sobre idosos.



Há menos casos de violência sobre idosos

Pág. 40

Projeto É uma bandeira de Paula Teixeira da Cruz, mas a referenciação de agressores sexuais de menores não conta, à partida, com o apoio do mundo judicial. Comissão de Proteção de Dados tem dúvidas

Registo de pedófilos: mais vaias que palmas

Partidos vão questionar ministra da Justiça na AR. Até terça-feira nada dizem

Textos **RAQUEL MOLEIRO**
e **RUI GUSTAVO**



A ministra da Justiça é clara: quer criar um registo nacional de agressores sexuais de menores condenados e divulgar, de forma restrita e controlada, a sua identidade, fotografia, morada e crime à polícia, escolas e vizinhos. O projeto deverá estar finalizado até dezembro e será então sujeito à aprovação parlamentar. Mas Paula Teixeira da Cruz sabe que este seu cavalo de batalha legislativo não tem grande companhia na contenda, principalmente no meio judicial. Sejam juizes seja Ministério Público (ver textos em baixo).

Já o procurador-geral da República opta por não se pronunciar sobre o teor do projeto. Pinto Monteiro não o recebeu ainda, só conhece as ideias da ministra através das notícias. Em resposta ao Expresso considera, porém, que, se "o tema tem sido objeto de reflexão em vários países, deverá sê-lo também em Portugal, não devendo ser encarado com ligeireza". Na Europa, a Grã-Bretanha permite desde 2011 o acesso

condicionado ao registo nacional de cerca de 110 mil agressores sexuais. Nos Estados Unidos, as listas públicas já têm 18 anos.

O sistema de referenciação vai ser criado graças à transposição para o quadro legal nacional da nova diretiva da União Europeia relativa à luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e pornografia infantil. Aprovada em dezembro de 2011, dá "a opção" aos Estados-membros de criarem "registos de autores de crimes sexuais". Portugal está a transformar a possibilidade em lei.

Medida indispensável? "Duvidoso"

Mas a avaliação da proposta, por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), não se adivinha pacífica. "Em ordenamentos jurídicos como o português, em que a Constituição reconhece o direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada a todos, mesmo que anteriormente condenados pela prática de certos crimes, a restrição deste direito, justificada pela proteção de outros direitos fundamentais, tem de cingir-se estritamente ao necessário para tal tutela", alerta Filipa Calvão, a recém-empossada presidente da CNPD.

E é nesse âmbito que a transmissão dos

dados pessoais dos abusadores levanta reticências: "É duvidoso que tal proteção reclame, como medida indispensável, a divulgação de dados pessoais a uma categoria alargada de terceiros", avalia Filipa Calvão, que dará um parecer oficial quando a comissão for chamada a pronunciar-se.

O projeto da ministra da Justiça, inspirado na Lei de Megan americana (ver texto ao lado), dita que seja um juiz a decidir quem deve ser informado da localização e identidade de determinado abusador, de acordo com a sua perigosidade. Os agressores condenados a penas mais leves só deverão ser referenciados às forças de segurança da zona de residência. À medida que aumenta a gravidade do crime multiplicam-se as entidades informadas sobre o paradeiro do agressor sexual: escolas, creches, ATL e outras instituições locais que trabalhem com crianças. Nos casos mais graves, o alerta estende-se aos vizinhos.

Os partidos políticos com assento parlamentar ainda não tomaram posição sobre a criação do registo nacional de abusadores de menores. Mas o silêncio dos deputados termina na próxima terça-feira, quando a ministra da Justiça é esperada na Comissão de Assuntos Constitucionais.

com **CRISTINA FIGUEIREDO**
rmoleiro@expresso.imprensa.pt

PRÓS E CONTRAS

Sim

NUNO DIAS COSTA

JUIZ DO PROCESSO DO PARQUE
O presidente do coletivo de juizes que julgou os arguidos do processo de pedofilia no Parque Eduardo VII, em Lisboa, defende que o projeto de Lei do Governo pode ser "um incentivo" para os pedófilos procurarem tratamento. "Há um efeito estigmatizante, mas se se respeitarem certas regras a lei poderá ser útil. Choca, mas é verdade", sustenta o juiz que, em 2006, condenou a 19 anos de prisão Pedro Inverno, ex-vereador da Câmara de Odivelas, e principal arguido da uma rede que abusava de jovens no Parque Eduardo VII. "Agora estou no tribunal de Instrução da Amadora e são muito frequentes os casos de abusos de vizinhos que apanham os miúdos a brincar na escada do prédio e os aliciam com um doce ou outra coisa. O direito de proteção destas crianças sobrepe-se a outros direitos". Para o juiz, a referenciação às autoridades e vizinhos "é uma medida de segurança", que "cessaria assim que a perigosidade do arguido cessasse, mediante tratamento médico. Por isso digo que poderia ser um incentivo para o tratamento". Grande parte dos crimes de pedofilia são cometidos por pessoas próximas das crianças. "Muitas vezes são os namorados das mães. Essas mulheres não merecem saber que aquele homem tem cadastro por crimes sexuais contra crianças".

ALBINO ALMEIDA

PRESIDENTE DA CONFAP
A Confederação das Associações de Pais apoia a medida de Paula Teixeira da Cruz. Mas mais do que aplaudir a transmissão às escolas da identidade dos

abusadores que residem na zona. Albino Almeida vê na transposição da diretiva europeia a oportunidade de travar a entrada dos agressores sexuais nos estabelecimentos escolares. "Se o Governo considera as escolas entidades idóneas para lhes transmitir este tipo de dados, também pode permitir que, na altura da contratação de pessoal, nomeadamente auxiliares de ação educativa, escolas e associações de pais lhes peçam o registo criminal para assegurar que não foram condenados por atos pedófilos. Os centros de emprego também deviam ter acesso a essa informação."

Não

JOANA MARQUES VIDAL
PRESIDENTE DA APAV

A magistrada do Ministério Público, presidente da Associação de Apoio à Vitima há seis anos, discorda do projeto. "Informação sobre pedófilos aos vizinhos? Francamente não me parece adequado. Nem às escolas ou aos colégios. Só admito a possibilidade de as polícias terem acesso à identificação e em casos de especial gravidade ou de reincidência". Joana Marques Vidal defende mais discussão à volta do tema. "A ministra diz que há mais de 90% de reincidência neste tipo de crime, mas o único estudo que conheço, e que se refere à criminalidade sexual em geral, diz que é 20%. Temos de ter acesso a mais estudos, de discutir profundamente, antes de concretizar a lei." O enfoque, diz, devia ser outro: "Temos de apostar nos programas de tratamento e acompanhamento dos arguidos depois da saída da prisão. O nosso modelo penal é diferente do americano, porque

assenta na reinserção. Mas esta discussão é útil."

ARAÚJO DE BARROS

JUIZ DO CASO FARFALHA
Em abril de 2005, 15 arguidos foram condenados por abusarem de crianças e adolescentes em São Miguel (Açores). Os abusos ocorreram na garagem de Augusto Pavão, o 'Farfalha', que ainda cumpre pena. O presidente do coletivo de juizes era Araújo de Barros, um crítico do projeto da ministra: "Tratar-se-á tão só de um anúncio de projeto. Que, como tal, tenderá a ficar por aí, depois de esgotada a sua desejada função de propaganda", considera o juiz-desembargador da Relação de Guimarães. "Não vejo porque privilegiar o combate ao crime sexual, em detrimento de outros tipos de crime que indicem perigosidade dos seus agentes. Só se for porque rende mais em termos de propaganda". Não vê qualquer ponto positivo no plano: "Divulgação condicionada é um conceito escorregadio, podendo facilmente converter-se numa medida completamente ineficaz ou numa indesejável ostracização do visado."

RUI CARDOSO

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MP
O procurador do Tribunal de Oeiras não acredita que a ideia da ministra vá para a frente: "Entre aquilo que a ministra disse e o que o Governo irá levar à Assembleia pode haver diferenças", precisa Rui Cardoso, que não esconde a discordância com o projeto: "Se a lei tiver a extensão anunciada é contra a Constituição e mesmo contraproducente. A divulgação da identidade de pessoas condenadas por pedofilia nos bairros é um absurdo e é perigoso. Há casos nos EUA e Reino Unido de suicídios de condenados."

MOURAZ LOPES

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUIZES

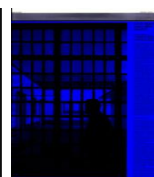
"O projeto é claramente violador do princípio de não haver penas perpétuas ou degradantes em Portugal", ataca Mouraz Lopes. "Espero bem que não seja vertido em lei, senão, temos de ver o que vamos fazer". O juiz defende que o Governo devia investir na prevenção "e na monitorização dos reclusos que já cumpriram pena, mas que ainda estejam em liberdade condicional. Teria melhor efeito prático".

Talvez

CELSO MANATA

PROCURADOR COORDENADOR DO TRIBUNAL DE MENORES DE LISBOA
"A ideia em si mesma é positiva, mas não sei como poderá ser posta em prática sem atropelos de direitos. Aceito que existam cuidados especiais em relação a condenados mais perigosos, mas a forma como estes dados serão transmitidos preocupa-me. Será muito difícil encontrar um justo equilíbrio entre a prevenção da reincidência de determinado indivíduo e a defesa dos direitos constitucionais deste mesmo indivíduo, que já cumpriu a sua pena", diz o antigo diretor dos Serviços Prisionais. Por outro lado o magistrado defende que, "se o cidadão repetidamente reincide, a sociedade tem o direito de se defender. A ideia não é estapafúrdia". O facto da divulgação dos dados depender da decisão de um juiz dá-lhe "um certo descanso". Mas prefere ver a ministra a apostar nos programas de reinserção dentro das prisões. "Enquanto estão presos é que devem ser trabalhados."





Lei de Megan pouco eficaz nos EUA

Estudos indicam que a divulgação da identidade e localização dos agressores sexuais não tem reduzido os crimes nem a reincidência

Não é só em Portugal que a referência dos agressores sexuais levanta dúvidas e oposição. Até nos EUA, onde vigora há 18 anos a pioneira Lei de Megan, começam a surgir vozes a pedir a revogação.

Para cada um dos 50 estados — mais os territórios americanos, o Distrito de Colúmbia e 82 tribos índias — existe uma lista oficial de abusadores condenados. De acesso fácil, quase sempre num *site*, tem o nome do agressor, morada, foto, idade, altura, peso, cor de cabelo e olhos, etnia, cicatrizes, tatuagens e crime.

A população americana aplaude e consulta freneticamente a listagem, investiga o vizinho, o namorado da filha, o professor da neta — é pesquisável por nome, estado, rua, imediações de parque ou escola —, mas os estudos oficiais não reconhecem eficácia ao diploma.

A última análise sobre a Lei de Megan tem três anos. Realizada pela Universidade de Rutgers e pelo Departamento de Penas do estado de New Jersey, é a principal arma dos opositores. No relatório, explica-se como falhou na redução de novos casos de abuso sexual, no combate à reincidência e na redução do número de vítimas. Centrado apenas em New Jersey — onde foi abusada e morta Megan Kanka, a menina de 7 anos que deu nome à lei —, conclui que o custo anual de quatro milhões de euros, por estado, "talvez não se justifique".

O Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas contesta as conclusões e riposta com histórias reais: a mãe californiana que descobriu através do *site* que o homem que brincava com a sua filha de oito anos na piscina do condomínio era um agressor referenciado; e o funcionário de uma escola primária na Virgínia que desconfiou do homem que ali vendia bolachas e que o identificou como o abusador de uma criança de sete anos.

Paradeiro incerto

Ainda que o estudo de New Jersey pareça desfavorável aos defensores da Lei de Megan, também estes o usam como recurso. No seu entender, prova que é preciso reforçar a divulgação dos dados sobre abusadores. A organização Pais pela Lei de Megan quer ver todos os estados com um "sistema de informação mais ativo", em que as autoridades andem de porta em porta ou coletem posters a informar que um dado agressor sexual se mudou para a vizinhança. A simples existência de uma lista online é considerada uma forma de combate passiva. E insuficiente.

Alguns estados vão mais longe. Pelo menos 44 aprovaram leis que obrigam à monitorização vitalícia de alguns agressores sexuais com pulseiras eletrónicas e referência por GPS, podendo a medida abranger condenados anteriores ao diploma. Mais de 20 estados restringem ainda os locais onde um abusador pode viver, trabalhar ou até caminhar. Em Miami, cerca de 75 ex-reclusos vivem debaixo de uma ponte: não conseguem morar em mais lado nenhum. Roger Lancaster, antropólogo americano, autor do livro "O Pânico do Sexo e o Estado Castigador", chama-lhes "os últimos párias".

Há quem prefira desaparecer. Nos EUA, os abusadores são obrigados a informar as autoridades da sua morada e sempre que mudem de residência. Em 2011 existiam 740 mil registados e desconhecia-se o paradeiro de cerca de 100 mil. R.M.



Crimes contra pessoas idosas aumentaram 158% entre 2000 e 2011

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Direção-Geral da Saúde assinalaram o Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas com o lançamento de uma campanha para prevenir este crime.

Dados da APAV indicam que os crimes contra os idosos mais do que duplicaram (aumentaram 158 por cento) entre 2000 e 2011, período durante o qual a associação apoiou 6.240 pessoas vítimas de crime.

Com estes processos de apoio, a APAV verificou que existe “um insuficiente conhecimento do tema por parte das vítimas, familiares e prestadores de cuidados, bem como uma insuficiente informação e capacitação dos profissionais para intervirem nestas situações”.

Para alertar para esta situação, a APAV e a Direção-Geral da Saúde (DGS) iniciam uma campanha de sensibilização e divulgação pública desenvolvida no âmbito do Projecto Títano – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência, financiado pela DGS.

Reconhecendo que a violência contra os idosos constitui “um problema social de saúde pública”, os promotores da cam-

panha consideram que “o eficaz combate pode contribuir para um futuro mais inclusivo, onde todos sejam respeitados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável”.

Em declarações à Lusa, Maria de Oliveira, técnica da APAV, afirmou que este crime representa “uma situação grave, não só socialmente, e também é um problema de saúde pública”.

“Mais tarde ou mais cedo, as pessoas recorrem a unidade de saúde porque têm algum problema de saúde ou porque sofreram alguma forma de violência física”, comentou.

“Mas nós sabemos que os nossos dados são só a pontinha do iceberg”, comentou, alertando para um possível aumento destes casos: “O país encontra-se numa situação financeira difícil e temos famílias nucleares a regressarem a casa dos pais e isto pode potenciar situações de tensão e de conflitos”.

Também há relatos de furtos, de burlas e ‘homejacking’, em que as pessoas estão em casa e são brutalmente agredidas.

“É uma realidade que vai desde a violência doméstica a todos os outros crimes



APAV e DGS lançam campanha para prevenir violência contra idosos

de que os idosos são alvos na rua, em casa, em estabelecimentos, instituições”, frisou Maria de Oliveira. O Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas foi

proposto pela Rede Internacional para a Prevenção dos Maus-Tratos a Idosos com o objectivo de alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno.



ID: 42394066

20-06-2012

86 agressores sujeitos a pulseira

PEDRO CORREIA/GLOBAL IMAGENS

Aplicação da vigilância eletrónica para impedir contacto com vítima aumentou 69% em 4 meses

CÉU NEVES
DN/Açoriano Oriental

Oitenta e seis agressores de violência doméstica usavam, em abril, uma pulseira eletrónica para não se aproximarem das vítimas. Eram mais 35 do que em dezembro, o que corresponde a um aumento de 69% em quatro meses, demonstrando uma maior sensibilidade dos juizes para a aplicação desta medida de coação. É que a simples proibição do contacto com a vítima não chega para impedir que corram risco de vida, sublinham as associações que as apoiam, lembrando os homicídios.

O aumento da utilização de meios de vigilância eletrónica para afastar o agressor da vítima foi notório nos últimos meses. Uma subida gradual do uso da pulseira para vigiar o cumprimento da medida, que mais do que quadruplicou desde 2010. São dados da Direção-Geral de Reinserção Social dos primeiros quatro meses deste ano e indicam que os juizes aplicaram a medida 152 vezes desde dezembro de 2009, quando foi alargada à violência doméstica.

As vítimas são sobretudo mulheres, enquanto os agressores são, por norma, companheiros ou ex-companheiros, sendo que 66 deixaram de ter vigilância eletrónica, entretanto. Em 67% dos casos, a medida terminou com "sucesso", ou seja, sem que tivesse havido o contacto entre agressor e vítima. Mas em 6% das situações foi revogada por "incumprimento" e em 27% por outros motivos.

A decisão pode ser alterada, nomeadamente porque o processo foi arquivado por falta de provas para haver uma acusação.

As medidas de coação estão pre-

vistas no Código Penal e na lei n.º 112/2009, que concede uma urgência especial para casos de violência doméstica. O juiz pode decidir, no prazo de 48 horas, afastar o agressor do local "onde o crime tenha sido cometido ou da residência da vítima (artigo 31.º)", recorrendo ou não a meios eletrónicos de vigilância. É uma melhoria, segundo os dirigentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, mas nem sempre executada dentro desse período devido ao elevado número de casos, como o acontece em Lisboa.

Segundo o Ministério da Justiça, em junho estavam em execução 89 casos "para fiscalização da proibição de contactos", distribuídos pelas seguintes tipologias: 77 em medida de coação, quatro em suspensão provisória de processo, três em suspensão da execução de pena e cinco em pena acessória.

Também em relação aos julgamentos, tem aumentado o número de casos e de condenações. Os tribunais de 1.ª instância concluíram 3648 processos em 2010, mais 1140 do que em 2009 (mais 45%). Também subiu o número de pessoas condenadas: 1889, mais 582 do que no ano anterior. Mas só 77 cumpriram pena de prisão efetiva. *

Casos

MOITA

Ana Paula foi vítima de violência durante 20 anos. Fez queixa do marido, que esteve detido três dias, mas o juiz libertou-o com a proibição de se aproximar dela. No dia 13 matou-a com quatro tiros. Tinha 45 anos e dois filhos maiores. O homem entregou-se e está em prisão preventiva.

CADAVAL

Magda Dionísio fez inúmeras queixas do ex-namorado à GNR. O Ministério Público proibiu-o de se aproximar de Magda, 20 anos, grávida de oito meses. Não cumpriu e matou-a no dia 11 à facada, enforcando-se de seguida. O feto não sobreviveu.



O crime de violência doméstica é público e não depende da vontade da vítima para a queixa, mas é ela quem corre perigo de vida

Associações querem avaliação dos riscos e penas mais duras

Duas das últimas vítimas mortais tinham apresentado queixas dos ex-companheiros, tendo o Ministério Público considerado que havia motivo para os proibir de contactar com a vítima. O problema é que, sem um meio de vigilância (eletrónico ou prisão), é muito difícil impedir o contacto. Muitas vezes, só se descobre que está a infringir a lei através da denúncia da própria vítima.

Maria José Magalhães, presidente da União das Mulheres Alternativa e Resposta, defende uma maior aplicação da medida de coação de prisão preventiva. Pode ser aplicada nos casos em que o agressor é detido em flagrante delito e se o juiz de-

cidir prolongar o período de detenção. Ou pode ser aplicada no âmbito do Código Penal, desde que existam indícios de que a vítima corre perigo de vida. "O problema é que não se levam a sério as queixas das vítimas", sublinha a dirigente.

A questão da avaliação do risco é também essencial para João Lázaro, vice-presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. "Haverá situações em que as mulheres continuarão a morrer, mas podem acontecer menos se se fizer uma avaliação caso a caso pelas autoridades, sejam policiais ou judiciais. Tem de ser uma avaliação integrada e ouvindo a vítima." *

Passo a Passo

1) Casas de abrigo no período inicial

Vítimas e filhos podem pedir apoio a associações, forças policiais e autarquias. As casas de abrigo acolhem por um período limitado, em geral seis meses no máximo. E têm de deixar tudo, incluindo o emprego.

2) Queixas na GNR e na PSP e com provas

A GNR e a PSP registaram 28 900 queixas de violência doméstica em 2011. Há quem faça várias queixas, mas a percentagem das chegadas aos tribunais ainda é reduzida. A vítima tem de apresentar prova.

3) Ministério Público abre inquérito

Cabe ao magistrado do Ministério Público abrir um inquérito, pedir mais diligências às forças policiais e analisar as provas apresentadas. Entretanto, pode aplicar uma medida de coação ao presumível agressor.

4) Arquiva-se ou vai para julgamento

A fase de inquérito termina com uma acusação, ou com o arquivamento do processo se o juiz considerar não haver provas. Também a medida de coação entretanto aplicada ao arguido pode ser alterada ou retirada.

5) Julgamento não significa segurança

O julgamento não garante a condenação, daí a necessidade de se juntarem todas as provas. Há poucos condenados à prisão efetiva: 77 em 2010. Em todo o processo, a vítima está muito vulnerável e insegura.



NELSON GARRIDO

No ano passado houve mais de 25 mil queixas às autoridades por violência doméstica

Tribunais “culpam” vítimas de violência doméstica

Justiça
Natália Faria

Há acórdãos que vêm como atenuante a recusa da vítima em manter relações sexuais com o agressor

Os magistrados portugueses continuam a tender para uma postura “muito conservadora e fortemente ancorada no patriarcado”, quando são chamados a julgar casos de violência doméstica, denunciou Madalena Duarte, investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra que apresentou ontem, no VII Congresso de Sociologia, no Porto, os resultados preliminares da sua investigação sobre as representações da violência doméstica, um fenómeno que, em 2011, motivou 25.126 queixas às autoridades.

Depois de ter assistido a vários julgamentos sobre violência conjugal e de ter entrevistado 90 magistrados, Madalena Duarte constatou que muitos juízes e procuradores tendem a desvalorizar a violência exercida sobre a mulher. “Nos julgamentos, a

mulher continua a ser julgada no seu papel de mãe e de esposa e a inquirição a que é sujeita faz-se como se ela também estivesse em julgamento e tivesse uma quota-parte da culpa”, sustentou, dizendo que o problema é tanto maior quanto mais velhos os magistrados e apontando o exemplo de um acórdão em que o Supremo Tribunal de Justiça considerou como atenuante num crime de homicídio conjugal o facto de a vítima ter recusado manter relações sexuais com o marido/agressor.

“Vigoram, entre os magistrados judiciais e do Ministério Público, tipos de vítima. Da *Maria*, que cria empatias, porque sofreu durante muitos anos e tentou salvar o casamento antes de denunciar a situação, à *Eva*, que gera discursos de atenuação da violência porque foi infiel ou reagiu também ela com agressividade”, exemplificou Madalena Duarte, apontando outro acórdão em que o julgador considerava que a vítima não era isenta de culpa, porque, apesar de ter visto que o agressor estava enervado, insistiu em falar-lhe.

Por isto também continuam a ser residuais os casos que chegam a julgamento. “Em 2009, apenas 2495 casos

foram a julgamento.” Pior: “Em 95,6% destes casos, os agressores ficaram com termo de identidade e residência, o que mostra como continua a ser gritante a desprotecção da mulher.” Em 2010, segundo o Ministério da Justiça, os tribunais julgaram 3648 processos. Porém, só 77 agressores cumpriram pena de prisão efectiva.

No terceiro trimestre de 2011, ano em que foram apresentadas 25.126 queixas, apenas 121 agressores estavam presos, o que mostra que a regra continua a ditar a aplicação de penas suspensas aos agressores. “Se as penas suspensas forem sem qualquer injunção, como a integração do agressor num programa de tratamento, cria-se um sentimento de absolvição. Alguns agressores diziam-me: ‘Está a ver? Fui a tribunal e nada.’ Da parte das vítimas, o que sentem é que se submeteram a um processo moroso e doloroso para nada. Não vêem a sua verdade reconhecida”, contextualiza a investigadora. “Os magistrados têm que perceber que nos casos de violência doméstica as vítimas têm que ser inquiridas de outra forma: o agressor não pode estar na sala de julgamento”, diz Madalena Duarte.

Atual 1 Diretiva

"O menor que assassinou o meu filho levou 3 anos"

Rute Santos, 43 anos, mãe de Tiago Santos, o jovem torturado até à morte num barracão em Odivelas por dois amigos, a 26 de fevereiro, gostava de ter assistido ao julgamento de um dos assassinos, o menor de idade, no início de junho mas não pôde. "Não pude porque ainda não me constituí como assistente. Por ter 15 anos ele levou só três anos de prisão. Vai sair com 18 e ter a vida que o meu filho nunca poderá ter", soltou, com a voz embargada. Rute não pôde assistir ao julgamento no tribunal de família e menores de Loures porque ainda não se constituiu assistente no processo. Falta saber quem é o advogado atribuído pela segurança social. O outro homicida, de 19 anos, ainda não tem julgamento marcado.



JOÃO GIRAÔ GLOBALIMAGENS

"Quatro anos e três meses sem saber nada"

Emília Ferreira, a mãe de Diogo Ferreira, o jovem assassinado com um tiro na cabeça no parque de estacionamento do Shopping Oeiras Parque, a 1 de março de 2008, sente-se desamparada. "São quatro anos e três meses sem saber quem fez isto, quem matou o meu filho", afirmou emocionada ao DN, no intervalo do seminário da APAV, associação onde procurou apoio. "O que custa mais é as autoridades nunca mais me terem contactado e não haver nenhuma esperança. Fica uma sensação de impunidade." O tempo passa mas não há um único dia em que não pense no filho e no assassino que anda à solta. "O Diogo, se fosse vivo, teria feito 26 anos em maio", conta, de olhos tristes.



JOÃO GIRAÔ GLOBALIMAGENS

Europa tem lei para proteger famílias de vítimas de homicídio

Legislação. Os filhos, cônjuges e irmãos de pessoas assassinadas, tal como as vítimas de outros crimes, vão passar a ter o direito a serem informados sobre a fase em que está o processo. A proposta de lei chegou ontem à versão final

RUTE COELHO

Desamparados. Assim se sentem, muitas vezes, os familiares de vítimas de homicídios violentos (*ver testemunhos*). Ontem à tarde, o Parlamento e o Conselho europeus chegaram à versão final de uma proposta de lei que vai dar alento a estas pessoas. Trata-se de uma diretiva europeia que "confere proteção aos familiares de vítimas de homicídio e às vítimas de todas as categorias de crimes e consagra o direito à informação que estes têm, nomeadamente a serem informados da fase em que se encontra o processo", avançou ao DN o secretário-geral da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro. O dirigente falou no intervalo de um seminário promovido pela APAV, em Lisboa, sobre o apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio.

O procurador da República Rui do Carmo fez uma intervenção sobre a diretiva explicando que, as

sim que esta for aprovada, "dá aos familiares das vítimas o direito a compreenderem o processo, a saber que podem pedir apoio judiciário, por exemplo, ou que podem pedir uma indemnização".

As autoridades policiais e judiciais ficarão obrigadas a dar informação útil aos familiares, quando a diretiva for aprovada e transposta para o ordenamento jurídico português. Este avanço não significa que as famílias tenham "acesso total ao processo". Mas, "com a

devida ressalva daquilo que o segredo de justiça não permite divulgar, têm direito a saber do andamento do inquérito", adiantou o procurador Rui do Carmo. A proposta "traz um conjunto de direitos das vítimas e seus familiares que estavam reservados aos assistentes no processo".

Direito a saber da saída da cadeia

Um dos direitos que é consagrado no texto europeu é "a informação da data em que será libertado o ar-

guido sujeito a prisão preventiva". Também prevê informar os familiares da vítima de homicídio "da libertação incondicional de um arguido após cumprimento da pena". Na lei portuguesa já está previsto, desde a reforma penal de 2007, que essa informação seja dada às famílias mas, como sublinhou o secretário-geral da APAV, "na prática não é cumprido".

A proposta de lei "alarga também o leque do que são considerados familiares de vítimas". No caso

das vítimas de homicídio os direitos de pessoas que foram assassinadas "podem ser exercidos por vários membros da família, do membro sobrevivente do casal aos descendentes (filhos naturais ou adotados), aos irmãos e até amigos muito próximos".

Vão passar a ter também "o direito à realização da justiça num prazo razoável" e o direito "à proteção de atos de retaliação e intimidação, bem como à imagem e reserva da vida privada".

Souto Moura defende indemnização automática

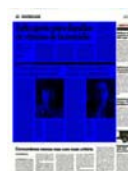
PROPOSTA O ex-procurador-geral da República, juiz-conselheiro do Supremo Souto Moura, defendeu ontem, no seminário da APAV, que os pequenos e médios criminosos deviam ser punidos com "uma indemnização imposta pelo juiz", que não teria de ser pedida pela vítima nem aceite pelo condenado. Souto Moura explicou que

esta "reparação/sanção" poderia substituir com "sucesso" a clássica pena de prisão para pequenos e médios delinquentes. "Acredito que a sociedade acolheria bem a ideia de o criminoso pagar com o dinheiro que tivesse em vez de ir para a cadeia." A indemnização nestes casos teria "cariz sancionatório".

O juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça fez a ressalva de que esta "reparação/sanção" só poderia ser aplicável a crimes leves como os furtos, por exemplo, e não à criminalidade grave, onde se incluem os homicídios e os assaltantes à mão armada. "No caso dos criminosos violentos a reparação é insuficiente e terá sempre de

se contar com a pena de prisão."

Souto Moura lembrou que em Portugal "a maior parte dos homicídios que se praticam" não são os dolosos (onde houve intenção de matar), mas sim os negligentes "punidos com três anos de prisão" e os homicídios por "negligência grosseira", punidos com cinco anos de prisão.



Falta apoio para famílias de vítimas de homicídio

APAV lança manual de boas práticas para todos os que lidam com estes crimes

Gina Pereira
gina@jn.pt

TODOS OS ANOS, em média, são assassinadas entre 140 a 150 pessoas em Portugal. No ano passado, registaram-se 117 casos de homicídio voluntário consumado e, este ano, 51 pessoas já foram mortas, 17 delas mulheres por motivos passionais. Mortes trágicas e impre-

visíveis que deixam traumas, muitas vezes irreparáveis, nas "vítimas ocultas" destes crimes. Pais, mães, filhos, outros familiares e amigos que se queixam de não serem devidamente apoiados no seu luto e de não terem acesso a informação a que entendem ter di-

reito, quer por parte das polícias, quer dos tribunais, como ontem se queixaram num seminário em Lisboa.

João Lázaro, diretor-executivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), diz que, todos os anos, são procurados por cerca de duas

dezenas de familiares de vítimas pedindo ajuda. E a experiência mostra-lhes que não são uma prioridade do sistema de Justiça.

"O sistema não está montado para as vítimas, está estruturado para o agente" do crime, diz, explicando que essa foi a razão que levou a APAV a lançar um manual de apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio, que será hoje apresentado. O objetivo é formar e sensibilizar todos os que lidam com estes casos (polícias, profissionais de saúde, magistrados) para a necessidade de serem "mais compreensivos e atentos às vítimas". ●

VÍTIMAS OCULTAS // MÃES CONTAM A SUA HISTÓRIA

"Custa não haver uma luz ao fundo do túnel"

O QUE MAIS lhe custa é não saber nada. Não haver uma explicação, um desfecho, uma razão. "Não sei o que é que é que aconteceu. Só sei que perdi o meu filho, sem saber nada. Não estava envolvido em nada, não tinha inimigos. Assim do nada aconteceu isto. E a nossa família ficou totalmente desmoronada".

Emília Ferreira, 53 anos, é mãe de Diogo, o jovem de 21 anos que, a 1 de março de 2008, foi baleado na cabeça com uma arma 6.35 no parque de estacionamento do centro comercial Oeiras Parque, quando saía do trabalho. Acabou por morrer, após três dias em coma. E, até hoje, passados mais de quatro anos, a Polícia Judiciária ainda não conseguiu descobrir o(s) autor(es) do crime, nem as suas motivações.

Na altura, escreveu-se que Diogo terá presenciado uma tentativa de roubo de um veículo. E até se especulou que teria sido atingido com a mesma arma utilizada, horas antes, no homicídio de Alexandra Neno, em Sacavém.

Emília não sabe o que é ver-



Emília Ferreira, 51 anos, mãe de Diogo Ferreira, 21 anos, baleado no Oeiras Parque em 2008

dade e o que é mentira. Não sabe nada. E isso é o que mais lhe custa: "Que não digam nada, um telefonema, uma palavra". "O que me transmite é 'aconteceu, acabou ali, está arrumado'. Não há um desfecho, uma luz ao fundo do túnel". Ontem, quis contar a sua história porque "às vezes quem não aparece esquece". ●

"Juíza não me deixou assistir ao julgamento"

SENTE "uma revolta muito grande" pelo que fizeram ao seu filho e pelo que entende ser uma fraca culpabilização dos culpados. Rute Santos, 43 anos, é mãe de Tiago, o jovem de 17 anos que, a 26 de fevereiro, foi morto por dois jovens - um de 15 e outro de 19 anos - nuns armazéns abandonados junto à estação de metro do Senhor Roubado, em Odivelas.

Diz que o filho foi vítima de "uma mentira de uma menina de 15 anos" - que se terá queixado ao namorado de que tinha sido violada pelo filho - e que os dois jovens decidiram "fazer justiça pelas próprias mãos". Chamaram-no aos armazéns e agrediram-no até à morte, abandonando-o no local.

"Foi queimado, esfaqueado, apedrejado." Rute fala pelo que foi lendo nos jornais porque, até agora, nunca lhe mostraram o relatório da autópsia do filho. Como não a deixaram assistir à sessão de 13 de junho, em que o mais novo foi condenado a três anos de internamento num centro educativo. "Eu estava



Rute Santos, 43 anos, mãe de Tiago, de 17 anos, morto por dois jovens em Fevereiro em Odivelas

convocada como testemunha mas não fui sequer ouvida. A juíza não me deixou assistir. Acho que tinha esse direito". Aguarda que lhe seja nomeado um advogado oficioso - para se constituir assistente no processo do agressor de 19 anos - e pede "que sejam revistas as leis" para que os jovens sejam penalizados pelos seus atos. ●

JOÃO GILRÃO / GLOBAL IMAGENS

FOTOS: JOÃO GILRÃO / GLOBAL IMAGENS

Sociedade

HÁ MAIS MULHERES A PEDIR AJUDA

Margarida Davim

margarida.davim@sol.pt

Desde Janeiro, dez mulheres foram mortas pelos companheiros. A Polícia diz que é cedo para falar em aumento da violência doméstica, mas as instituições registam mais pedidos de auxílio.

Paula (nome fictício) procurou ajuda ao fim de 30 anos de maus-tratos. Para o fazer, contou os minutos que esteve fora de casa. Cada segundo de atraso podia significar uma agressão. Por isso, quando saiu da Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres (ADDIM) deixou o seu número de telefone fixo às técnicas. O objetivo era que lhe ligassem pouco depois para perceberem se estava bem. E estava, porque o marido ainda não tinha acordado.

Só na manhã de quarta-feira, além de Paula, foram mais duas as mulheres que procuraram a sede da ADDIM, no Porto, para denunciar casos de violência doméstica. «Nas últimas semanas, temos tido muito pedidos de ajuda», conta a presidente, Carla Branco, que acredita que a explicação para este aumento pode estar nas notícias que nos últimos dias contam as histórias de mulheres que morreram às mãos dos seus agressores.

Em duas semanas, foram já cinco os casos de homicídios ou tentativas de homicídio de vítimas de violência doméstica. Os números provisórios da Polícia Judiciária (PJ) mostram que, desde Janeiro até à semana passada, foram dez as mulheres mortas pelos companheiros. E, se olharmos para a contabilidade feita pelo Observatório das Mulheres Assassinações, em 2011 foram 27 os casos de femicídio (termo técnico para homicídios de mulheres pelos companheiros).

No entanto, fonte oficial da PJ acredita que não há nada que indique um aumento deste fenómeno «em relação ao primeiro se-

mestre do ano passado». E sublinha o facto de as situações serem ainda muito recentes para se tirar uma conclusão. Não se esconde, no entanto, que este é um crime que «causa especial preocupação». A razão está nas estatísticas: cerca de 40% de todos os homicídios registados em Portugal estão relacionados com situações de violência entre cônjuges.

Resposta demasiado lenta

Magda tinha 20 anos e estava grávida de oito meses. Morreu no dia 10 Junho, depois de um ex-namorado a ter atacado com uma catana. Tinha feito várias participa-

ções à GNR. A imprensa escreveu que foram 47, mas fonte oficial da polícia explica que esse número não corresponde à realidade. «Houve duas queixas no Bombarral e duas no Cadaval apresentadas pela vítima». A estas juntam-se mais sete feitas por familiares e amigos, mas nem todas ficaram registadas como violência doméstica – algumas foram apresentadas como meras ofensas à integridade física.

De qualquer modo, o Ministério Público (MP) impôs uma proibição de contacto com a vítima e com os seus familiares, estando o agressor proibido de se aproximar até 300 metros de Magda. Além disso, a GNR tinha feito uma busca domiciliária à casa do agressor, onde «não encontrou qualquer arma». «Era uma coisa impossível de impedir. Ela vivia com um militar da GNR e nem isso impediu o crime», comenta fonte daquela polícia.

Joana Marques Vidal, presidente da APAV (Associação de Apoio à Vítima), lembra que o motivo pelo qual o MP nem sempre actua, impondo medidas de afastamento do agressor, está na forma como o crime é registado na queixa. «Se a participação for feita como agressão ou ameaça à integridade física, em vez de violência doméstica, isso faz com que não sejam accionados os mecanismos adequados, como a prisão preventiva». A solução, defende, está «em mais formação e sensibilização de polícias e magistrados».

Carla Branco, da ADDIM, tem outra explicação para o desfecho fatal destas cinco mulheres. «O tempo de resposta é demasiado lento», denuncia, contando que às vezes espera-se «oito meses ou um ano até que a queixa seja comunicada ao MP».

A presidente da associação, que tem uma casa abrigo no Porto, explica que um dos maiores proble-

LARRY DALE GORDON/GETTY IMAGES



A maioria das vítimas volta para os agressores um a três anos depois de sair de casa

mas está na aplicação da legislação. «A lei existe e está muito bem feita, mas temos uma ineficácia que decorre da mentalidade». E dá um exemplo: «O Estatuto da Vítima diz que estas mulheres têm prioridade na atribuição de habitação social, mas a maior parte das técnicas de acção social desconhece isso». A lei também prevê que, nestes casos, possa haver detenção sem flagrante delito, «mas é muito raro isso acontecer».

Quem luta diariamente com a

violência doméstica sabe bem que, a juntar aos problemas legais, há que contar com a resistência da própria vítima. «Criam uma dependência emocional em relação ao agressor e acreditam que merecem ser assim tratadas» – refere Carla Branco, que ainda esta semana recebeu uma mulher que foi parar ao hospital depois de ter sido acordada ao muro e ao pontapé pelo companheiro, às quatro da manhã, sem perceber porque. «A situação arrasta-se há 20 anos».

NÚMEROS

40%

dos homicídios são entre cônjuges

182

reclusos cumprem pena por violência doméstica

27

mulheres foram mortas em 2011



A magistrada Leonor Furtado, ex-directora de Reinserção Social, que há mais de duas décadas acompanha esta área, conhece bem a frustração de lidar com estas situações: **«Em cerca de 90% dos processos que acompanhei, as vítimas voltaram para casa um a três anos depois de terem saído»**. Na semana passada, teve conhecimento de um caso que quase a fez ter vontade de baixar os braços: uma mulher de classe média alta, que ajudara a sair de casa com os dois filhos menores, em

Plásticas ajudam vítimas

Muitas mulheres vítimas de violência doméstica têm de ser encaminhadas para o serviços de Cirurgia Plástica, para se submeter a tratamentos e correcções de mazelas provocadas pelas violentas agressões. **«Chegam aos nossos serviços mulheres com hematomas e canas do nariz e maxilares partidos. Mas as queimaduras por cigarro ou charuto também são frequentes»**, adianta ao SOL Biscaila Fraga, director do Serviço de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética e Maxilo Facial do Hospital Egas Moniz, em Lisboa. De acordo com o médico, **«a cara é uma das zonas mais afectadas, tal como, os membros»**.

Mas as lesões não são as únicas razões para as vítimas recorrerem a cirurgia estética. O cirurgião plástico Júlio Matias recorda o caso de **«uma senhora que tinha sido vítima de violência durante a vida inteira e que, depois de o marido morrer, apesar de não ter sequelas das agressões, fez uma cirurgia estética a nível facial»**. Tudo para mudar de vida e esquecer o passado. Neuza Campina Padrão

dois dias regressou ao agressor; ao fim de dois anos. **«Era obrigada a manter um diário sexual detalhado e era violentamente agredida, quando 'errava' uma vírgula»**. Agora, voltou para casa por motivos financeiros. **«E as agressões já começaram»**.

Joana Marques Vidal diz que a **«a ambiguidade das vítimas»** continua a ser um dos principais motivos para o arquivamento dos processos. **«Como o crime é público, o MP tem de investigar, mas muitas vezes as mulheres mudam de ideias, não colaboram com a acusação e não é possível provar nada»**.

Dados do Ministério da Justiça mostram, contudo, que dos 2.138 processos que em 2010 chegaram ao fim nos tribunais de primeira instância, por violência doméstica contra cônjuge, 1.102 resultaram em condenações. Mas só 37 correspondem a penas de prisão efectiva. Em 2011, foram 497 as mulheres que tiveram de ir para abrigos – muito menos do que as 856 que a Comissão para a Igualdade de Género registou em 2010.

Crise agrava situação

Carla Branco, que tem o abrigo com capacidade para oito pessoas lotado, diz que os casos que vê são extremos. **«Aparecem aqui mulheres com fracturas expostas, com peladas na cabeça e sem unhas. As agressões são muito violentas»**. Mas os níveis de reintegração quando saem do abrigo também são elevados: **«na ordem dos 90%»**.

Embora ninguém aponte a crise

como explicação para a violência doméstica, Leonor Furtado acredita que **«a situação de carência que o país atravessa vai aumentar a conflitualidade»**. A magistrada prevê que o fim do subsídio de férias venha a gerar discussões entre casais: **«Quando o dinheiro falta ou os casais passam mais tempo juntos por estarem desempregados, esse é o caldo de cultura onde estas coisas acontecem»**.

Os sinais de alerta

Os problemas financeiros podem ter também reflexo na falta de respostas. **«Há uma boa rede, mas no interior, por exemplo, há zonas onde não há a quem recorrer»**, aponta Leonor Furtado, enquanto Carla Branco recorda que **«muitas instituições estão já em situação de ruptura por terem perdido apoios do Estado»**.

Para Cristina Soeiro, psicóloga da PJ, é essencial as mulheres estarem atentas a alguns sinais que indicam poderem estar em perigo de vida. Nomeadamente, a violência física cada vez mais intensa, o mau relacionamento com os filhos, a perseguição e os ciúmes acentuados. **«Separação, ameaças de morte ou de suicídio, tentar ter relações sexuais à força, quadros de depressão e abuso de substâncias»** são outros alertas de que a situação de violência doméstica pode evoluir para o homicídio. A psicóloga sublinha que o *stalking* (perseguição continuada pelo agressor) está muito associado ao femicídio. **«Em 85% destes casos, tinha havido situações de *stalking*»**.

Crime Magda Dionísio, grávida de 8 meses, foi morta pelo ex-namorado. Em 14 meses, houve 47 queixas por agressão e ameaças

Família de vítima processa Estado

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Eulália é uma mancha negra enfiada na poltrona. É a mãe de Magda Dionísio, a rapariga de 22 anos que, grávida de 8 meses, foi esfaqueada pelo ex-namorado. Morreram todos: a filha, o bebé e Nuno Inácio, o agressor de 28 anos que se enforcou após o crime. Eulália veste toda de preto, um luto que tapa as feridas das facadas que também sofreu. Ela estava lá, na sua casa de Pêro Moniz (Cadaval). Ainda roubou a catana ao homicida, feriu-o na cabeça, puxou-lhe pelo cabelo comprido, lutou, salvou o marido mas não a filha. E mesmo assim quer falar. Convida-nos a entrar na sala. Está em casa do filho Rúben. À sua não volta.

“O Nuno matou-a, mas ele não é único culpado. A ele não guardo mágoa. Mas à Justiça sim. A Justiça não quis salvar a minha filha”, começa logo a dizer. “Ela queixou-se tanta vez, a irmã também, eu e o pai, os irmãos, ela pediu tanto no tribunal para o prenderem, para lhe porerem uma pulseira e fechá-lo em casa, dissesse-lhe que ele ia cumprir as ameaças, que ele bebia e que não chegava proibido de se chegar a nós. E agora? E agora quem me devolve a minha menina e o meu neto que nem nasceu? Quem me explica porque não a protegeram se ela pediu ajuda 47 vezes?”

Os quatro irmãos, que eram cinco, preparam-se agora para pedir contas à Justiça. Mal o pai tenha alta do hospital de Torres Vedras, mal encontrem as pastas onde Magda guardava cada cópia de queixa, vão entregá-las a um advogado e pôr o Estado em tribunal, em Portugal, ou ir mais longe até ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

“Não queremos dinheiro, queremos ver a Justiça condenada por não proteger quem se queixou”, diz o irmão, Pedro Dionísio, 25 anos, o primeiro a chegar a casa na noite do homicídio. Há anos que trabalha a distribuir carne pelos talhos. Agora o cheiro a sangue enjoe-o, leva-o de volta ao chão tingido da sala dos pais, que ele próprio lavou.

Magda Raquel conheceu Nuno Carlos tinha ela 18 anos e ele 24. Viveram juntos menos de dois anos. A união acabou a 13 de abril de 2011, data da primeira queixa no Posto da GNR, dia em que o namorado empurrou Magda contra a parede, rachou-lhe três costelas e lhe encostou um faca ao pescoço. A queixa ficou registada como ofensa à integridade física simples, mas era a primeira ponta visível de um namo-



Pedro Dionísio, irmão de Magda, mostra a fotografia da vítima, na casa onde ocorreu o homicídio. Os pais, também feridos, nunca mais lá querem voltar

ro marcado pela violência doméstica.

Nuno não aceitou a separação. Durante 14 meses, perseguiu Magda e o resto da família Dionísio, ameaçava-a verbalmente, escreveu que a matava — a ela, à irmã, aos irmãos, aos sobrinhos, aos pais — em centenas de SMS, entrou em casa de Eulália com uma pistola, agrediu a irmã de Magda, furou os pneus do carro de um irmão, partiu as janelas da casa de outro. Em 14 meses contabilizaram 47 queixas, a maioria na GNR do Bombarral. Ao Ministério Público da Comarca do Bombarral chegaram apenas cinco em nome de Magda.

Com a tomada de posse da nova procuradora-adjunta, no início de março, o processo acelerou. Procedeu à incorporação de todos os processos e a 30 de março, quase um ano depois da primeira agressão, atribuíram a Magda o estatuto de vítima de violência doméstica. Numa fotocópia, com economia de tóner, leem-se os seus direitos, onde se inclui “um nível adequado de proteção à vítima”. Mas ela não se sentia segura:

não saía à rua com o atual namorado e escondeu, até poder, a gravidez com roupa larga. “Tinha tanto medo que o Nuno matasse o bebé”, recorda Eulália.

Nuno Inácio, que tinha antecedentes por agressão, nunca foi preso: ficou sempre com Termo de Identidade e Residência, medida reforçada pelo juiz de Instrução um mês antes do homicídio, com a proibição de contactar e aproximar-se dela e da família. Não cumpriu.

Melhor avaliação do risco

Joana Marques Vidal, presidente da Associação de Apoio à Vítima (APAV), explica o que está a correr mal na luta contra a violência doméstica: “É urgente criar um modelo que permita avaliar de forma rigorosa o risco futuro de um agressor. As forças policiais, magistratura, juizes, devem receber formação para a aplicar e interpretar, para saberem que perguntas fazer à vítima e ao agressor e como avaliar as respostas. Se o agressor bebe, se tem acesso a ar-

mas, se tem uma doença... Só assim se podem determinar medidas de coação adequadas. E é preciso pensar todas as queixas no mesmo processo e desde logo classificá-lo como crime de violência doméstica e não mera ofensa à integridade física”, explica a magistrada.

Carlos Anjos, presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crime, põe também o enfoque na avaliação do risco. “Não é fácil prender preventivamente um homem só porque ameaçou. Mas

se se vai continuar a partir do princípio que quem ameaça não cumpre, vai repetir-se esta mortandade brutal”. O inspetor-chefe da PJ quer também ver a Justiça recorrer mais à Lei de Saúde Mental, “que permite avaliar estes homens, muitos desequilibrados, obsessivos e tratá-los antes que matem”.

Este ano já houve, pelo menos, 20 homicídios em contexto de violência doméstica. “Quantas mais mulheres têm de morrer para que a Justiça perceba que estes agressores são tão perigosos como um assaltante? Também empunham pistolas e facas, e matam”, insurge-se Maria José Magalhães, presidente da UMAR, a organização que enumera as mortes de vítimas em Portugal.

Quando a investigadora lê na notícia do crime que a vítima tinha apresentado queixa, a culpa instala-se. “Sim, culpa. Sinto que ando a enganar estas mulheres, a convencê-las de que vale a pena queixarem-se, que isso pode salvá-las, e depois elas são assassinadas”.

rmoleiro@expresso.imprensa.pt

20

vítimas mortais, este ano, em contexto de violência doméstica. Cerca de 40% tinham feito queixa e dois agressores estavam proibidos de se aproximarem das vítimas. Em todo o ano de 2011 morreram 29



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ■ OBSERVATÓRIO DE MULHERES ASSASSINADAS

Quatro queixas por hora à polícia



DIÓGO PINTO

Magda Dionísio, 20 anos, estava grávida de oito meses e foi morta à catanada pelo ex-namorado

■ Muitas das vítimas de homicídios já tinham pedido ajuda às entidades competentes

● JOANA DOMINGOS SÁ

As autoridades portuguesas recebem, em média, quatro queixas de violência doméstica por hora.

A conclusão foi divulgada ontem pelo Observatório de Mulheres Assassinadas, segundo o qual em mais de metade dos homicídios registados “existia violência na relação”.

“Algumas das situações ha-

viam mesmo sido reportadas às entidades competentes”, acrescenta o Observatório.

Um dos casos mais mediáticos, registado já este ano, foi o de Magda Dionísio. Aos 20 anos e grávida de oito meses, foi morta pelo ex-companheiro à catanada, no Cadaval, após 47 queixas por violência e perseguição. O mesmo aconteceu com Ana Paula Sousa, 45 anos, morta a tiro pelo marido – de quem estava em processo de divórcio – em Alhos Vedros, Moi-

ta. Antes, apresentara queixa na PSP e na APAV (Apoio à Vítima).

Para evitar situações como estas, o Centro de Estudos Sociais sugere ao Ministério da Administração Interna a elaboração de um manual sobre a detenção em e fora de flagrante delito, para ajudar as forças policiais a actuarem mais eficazmente. E ainda que o Centro

de Estudos Judiciários crie um curso anual sobre aplicação das medidas de coacção para crimes de violência doméstica. ■

Ana Paula foi morta a tiro pelo marido. Estavam a divorciar-se

HOMEM CONDENADO A DOIS ANOS DE PRISÃO COM PENA SUSPensa E A FAZER UMA DESINTOXICAÇÃO E UMA FORMAÇÃO NA APAV



JOSE CARLOS CAMPOS

Tribunal de Lagos condenou agressor em julgamento sumário

Marido violento condenado

■ Um homem que ameaçou com uma faca a mulher e funcionários do restaurante onde ela trabalha, no centro de Lagos, foi anteontem condenado pelo tribunal local, que o julgou em processo sumário, a dois anos de prisão, com pena suspensa por dois anos e meio.

O agressor, estrangeiro e com

problemas de alcoolismo, tem um longo historial de violência doméstica e usou uma faca de 39 centímetros de lâmina.

Vai ter de fazer uma desintoxicação para o alcoolismo e terá ainda de fazer uma acção de formação sobre violência doméstica na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. ■ A.P./R.P.G.